

# **Uma Análise da Percepção dos Gestores Donos de Pequenas Empresas da Cidade de Hortolândia - SP quanto à Aplicação do Princípio de Entidade**

**Reinaldo Tiago Costa Chaves** (FAH/UNASP-HT) - reichavesbd@yahoo.com.br

**Edilei Rodrigues de Lames** (FAH/UNASP-HT) - edilei.lames@ucb.org.br

**Liliane da Costa Jacobs Lames** (FECAP/FAECH) - liliane.costa@unasp.edu.br

## **Resumo:**

*As micro e pequenas empresas têm alcançado uma expressiva fatia da economia brasileira, por este motivo torna-se indispensável que o empresário esteja apto a desenvolver uma gestão equilibrada e consciente dos recursos financeiros da organização. O princípio contábil da entidade estabelece que os bens e direitos do gestor não se confundem com os bens e direitos de sua empresa visando contribuir para a vitalidade do negócio. Dentro desta perspectiva o presente artigo tem como objetivo analisar a compreensão dos gestores donos de pequenas empresas da cidade de Hortolândia, quanto à aplicação do princípio de entidade na gestão de seus empreendimentos, bem como da necessidade de se utilizar métodos adequados que os assessorem no correto controle e distinção das finanças pessoais e empresariais visando o aumento das expectativas futuras da empresa por eles gerenciadas. Foi realizada uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, através da aplicação de um questionário que buscou analisar os hábitos financeiros de micro e pequenos empresários da cidade de Hortolândia - SP. Dentre as constatações da pesquisa, verificou-se que muitos empresários possuem baixo grau de escolaridade, utilizam os recursos financeiros da empresa para pagarem contas pessoais, além de já terem enfrentado dificuldades financeiras. Conclui-se que a falta de capacitação dos gestores tem prejudicado a continuidade do negócio e que a maioria dos gestores não possuem entendimento quanto à separação dos recursos financeiros próprios e os da empresa, nem das ferramentas básicas para a gestão do seu negócio.*

**Palavras-chave:** *Princípio de entidade. Gestão financeira. Capacitação profissional.*

**Área temática:** *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

## **Uma Análise da Percepção dos Gestores Donos de Pequenas Empresas da Cidade de Hortolândia – SP quanto à Aplicação do Princípio de Entidade**

### **Resumo**

As micro e pequenas empresas têm alcançado uma expressiva fatia da economia brasileira, por este motivo torna-se indispensável que o empresário esteja apto a desenvolver uma gestão equilibrada e consciente dos recursos financeiros da organização. O princípio contábil da entidade estabelece que os bens e direitos do gestor não se confundem com os bens e direitos de sua empresa visando contribuir para a vitalidade do negócio. Dentro desta perspectiva o presente artigo tem como objetivo analisar a compreensão dos gestores donos de pequenas empresas da cidade de Hortolândia, quanto à aplicação do princípio de entidade na gestão de seus empreendimentos, bem como da necessidade de se utilizar métodos adequados que os assessorem no correto controle e distinção das finanças pessoais e empresariais visando o aumento das expectativas futuras da empresa por eles gerenciadas. Foi realizada uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, através da aplicação de um questionário que buscou analisar os hábitos financeiros de micro e pequenos empresários da cidade de Hortolândia – SP. Dentre as constatações da pesquisa, verificou-se que muitos empresários possuem baixo grau de escolaridade, utilizam os recursos financeiros da empresa para pagarem contas pessoais, além de já terem enfrentado dificuldades financeiras. Conclui-se que a falta de capacitação dos gestores tem prejudicado a continuidade do negócio e que a maioria dos gestores não possuem entendimento quanto à separação dos recursos financeiros próprios e os da empresa, nem das ferramentas básicas para a gestão do seu negócio.

**Palavras-chave:** Princípio de entidade. Gestão financeira. Capacitação profissional.

**Área Temática:** Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

### **1. Introdução**

Tem se tornado cada vez mais expressivo o número de micro e pequenas empresas no Brasil. Tais empresas são de fundamental importância para a economia, pois representam 99% dos negócios existentes no Brasil (SEBRAE, 2010). Dentro de um cenário de profundas mudanças culturais, tecnológicas e econômicas torna-se desafiador empreender e manter-se estável no mercado. Gerir um novo negócio não é tarefa fácil, e o sucesso das atividades dependem, em muito, de um bom capital, inicial além de uma boa assessoria empresarial.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE, 2010) muitas são as razões para o aumento do índice de mortalidade das micro e pequenas empresas: falta de empreendedorismo, desconhecimento do mercado, falta de orientação profissional, crises econômicas, falta de planejamento, descontrole financeiro, dentre outros. Slatter (2009) considera que a má gestão está no topo das principais causas do declínio de empresas que têm como característica a falta de capacidade intelectual do gestor para lidar com os problemas ou para tomar decisões de forte impacto organizacional. Dentro deste contexto considera-se que a falta de profundidade gerencial dentro das empresas torna-se um fator de risco que compromete os resultados do empreendimento. É de fundamental importância que o gestor tenha habilidades que permitam a geração de bons resultados organizacionais.

Entendendo que as MPEs tem ocupado fatia significativa do mercado nacional e internacional, reconhece-se que elas são altamente vulneráveis devido a grande demanda de empreendedores com pouca qualificação para gerir seus negócios com segurança. Há uma

particular preocupação com a dificuldade dos empresários em compreender a importância da necessidade de haver separação entre as movimentações financeiras da empresa e as de cunho pessoal levando-se em consideração o princípio da entidade.

Essa falta de controle entre as contas acaba por acarretar descontrole ao fluxo de caixa por serem desconhecidas as origens e aplicações de recursos dentro da empresa. É importante que o empresário tenha ciência de que as finanças pessoais precisam ser planejadas e gerenciadas de forma que não se misturem e não afetem o fluxo natural das contas da empresa. O processo de compreensão e aplicação da gestão das contas das entidades requer critério, organização e disciplina. É dessa forma que poderá ser mantida a coerência e a integridade da origem dos lançamentos que serão registrados e utilizados posteriormente para projeções e tomadas de decisão futuras.

Dentro dessa perspectiva, surge o seguinte questionamento: - Qual a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas da cidade de Hortolândia, quanto à aplicação do princípio de entidade? A pesquisa tem como objetivo analisar a compreensão dos gestores donos de pequenas empresas da cidade de Hortolândia, quanto à aplicação do princípio de entidade na gestão de seus empreendimentos, bem como da necessidade de se utilizar métodos adequados que os assessoram no correto controle e distinção das finanças pessoais e empresariais visando o aumento das expectativas futuras da empresa por eles gerenciadas.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 O empresário e a gestão das finanças pessoais**

Para definir o termo “finanças pessoais”, Ferreira (2006) distinguiu-o como sendo a arte e a ciência de gerenciar o dinheiro das pessoas em curto como também em médio e longo prazo. O termo gerenciar está fortemente ligado aos processos de planejamento, organização e controle, em paralelo, todas estas etapas compõem a estratégia para estrutura, obtenção e acumulação de bens patrimoniais. Nota-se que muitas pessoas “estão vivendo o presente e não se importando com o seu futuro financeiro. Consomem, muitas vezes, por impulso produtos que nem precisam” (FERREIRA, 2006, p. 16).

É notório que o risco de descontrole e endividamento torna-se cada vez maior e seus impactos refletem negativamente em diversas áreas da vida do indivíduo. O relacionamento familiar, conjugal, a saúde e até mesmo a produtividade no trabalho podem ser afetados após a desestruturação financeira (TOSTES, 2004).

O consumo desregrado aliado à incapacidade de administrar o dinheiro é uma das razões que levam as pessoas a se endividarem. Muitos deixam de reservar parte de seu tempo para analisar e estimar as entradas e saídas dos recursos financeiros e isso contribui negativamente para o descontrole e a posterior utilização de recursos de terceiros tais como: cartão de créditos, cheque especial e empréstimos que por sua vez comportam altas taxas de juros. (FERREIRA, 2006). A utilização de crédito de forma irracional pode provocar uma situação de múltiplo endividamento.

Dentro dessa perspectiva, é visto que o endividamento é uma realidade presente na vida de muitas pessoas, inclusive dos gestores das micro e pequenas empresas e por isso requer acompanhamento periódico afim de que a renda mensal arrecadada possibilite cobrir as despesas e planejar formas de investimentos rentáveis e sustentáveis (LUQUET, 2000).

A empresa paga mensalmente ao empresário um valor “x” que é estabelecido de acordo com as funções que ele executará e também dentro das reais condições que a organização terá para liquidar seus demais custos e despesas. Este valor “x” é denominado pró-labore e é por meio dele que o empresário fará destinações para pagamento de suas

despesas e investimentos pessoais. A determinação correta do pró-labore auxilia para que o empresário tenha recursos suficientes para suprir e liquidar seus desejos de consumo sem que estes interfiram nas projeções do caixa da organização (SEBRAE, 2010).

Desta maneira, torna-se imprescindível que o gestor organize e controle os seus gastos pessoais de forma inteligente e estruturada para que o valor de pró-labore que ele receberá mensalmente seja suficiente para cobrir suas despesas pessoais e possibilitar investimento patrimonial pessoal e da empresa sem que haja desestruturação financeira de um dos lados envolvidos.

## **2.2. Planejamento financeiro consciente**

O ato de planejar as finanças torna-se cada vez mais necessária no cotidiano das pessoas. É fácil identificar a diferença entre as pessoas que administram suas finanças daquelas que enfrentam grandes sufocos para fazer o dinheiro render até o final do mês. A fim de buscar uma administração mais eficiente, os gestores precisam planejar cada passo de sua vida financeira pessoal e empresarial fazer uso de ferramentas que possam auxiliar nas tomadas de decisões. Para Cerbasi (2004), o planejamento financeiro auxilia no controle de gastos, ajuda a traçar objetivos e metas além de incentivar o indivíduo a manter disciplina nos investimentos. Estes são uns dos principais motivos que tornam o planejamento financeiro uma necessidade na vida das pessoas. Ao se falar em planejamento financeiro pessoal, é contundente realçar a importância de se programar a utilização dos recursos obtidos de forma sensata e estratégica.

A etapa de planejar seu dinheiro é a primeira que compõe o processo de realizar o Planejamento Financeiro Pessoal. As pessoas não podem lidar com seu dinheiro na base da improvisação. O planejamento figura como a primeira etapa por ser aquela que serve de base para as demais. No planejamento, determinamos antecipadamente o que pretendemos com nosso dinheiro e detalhamos os planos necessários para alcançar o(s) objetivo(s) definido(s) (FERREIRA, 2006, p. 19).

Segundo Ayuso (2010), apesar dos consumidores desejarem controlar suas despesas, muitos deles ainda não sabem como utilizaram a grande parte do dinheiro que receberam durante o ano, o controle se perde principalmente nas compras, lazer com amigos e atividades que normalmente são realizadas fora do ambiente de trabalho. É preciso um contínuo planejamento financeiro pessoal que, no caso do pequeno empresário, a falta deste afeta diretamente a gestão financeira da sua empresa que acaba assumindo o excesso de gastos.

Gastar menos do que a renda favorece o acúmulo de reservas a serem utilizadas futuramente. Halfeld (2004) argumenta que poupar é fundamental para que indivíduos e nações livrem-se da pobreza e acrescenta que, investir sabiamente é essencial tanto para as pessoas como também para a economia de um país.

Muitas são as razões para a existência de um fundo de reserva nas finanças pessoais; além de ser utilizado para cobrir despesas não previstas no orçamento, há despesas que não são mensais ou regulares. O não pagamento destas despesas ocasiona uma sobrecarga no fluxo de caixa pessoal fazendo com que se gaste mais do que a receita que foi recebida, isso pode gerar a necessidade de se buscar por empréstimos ou retiradas aleatórias de recursos da empresa, no caso dos gestores.

Paiva e Mendes (2007) orientam sobre o imperativo de estar preparado para eventualidades, pois em certos momentos é possível ocorrer oscilações na renda devido a

inúmeros fatores e por esta razão torna-se fundamental possuir um fundo de reserva que possa cobrir as despesas pessoais por um período determinado até que retorne à normalidade. Essa reserva deve possuir uma liquidez imediata por não ser mensurável a data de sua utilização. Sugere-se que em um planejamento financeiro seja destinado cerca de 15% da renda para reservas financeiras e investimentos a longo prazo para que o futuro seja vivido com maior tranquilidade e para que os imprevistos não acarretem a inadimplência. (VOCÊ SA, 2008). É preciso planejamento consciente e estratégico.

### **2.3 Plano orçamentário do gestor**

Quando se tem um orçamento mensal sob controle, fica mais fácil verificar onde estão os excessos financeiros de gastos e desperdícios. Um orçamento bem organizado favorece a tomada de decisão do que é realmente necessário para assegurar a estabilidade financeira. Tostes (2004, p. 20), afirma que “não há dúvida de que a área de nossa vida que mais requer cuidado, planejamento e controle é a financeira.” Não se pode tratar as finanças pessoais sem o devido cuidado que elas merecem. O autor segue dizendo que a única maneira de se manter a vida financeira controlada em qualquer fase da vida é através do orçamento. Muitas pessoas poderiam ter uma vida mais tranquila e estar investindo seus ganhos e aumentando seu patrimônio se soubessem tratar seus gastos com base em padrões orçados antecipadamente.

O orçamento é outra importante ferramenta que auxilia no processo de administração financeira de pessoas e organizações. As metas que foram planejadas bem como o que fazer para alcançá-las estarão discriminadas juntamente com os bens e produtos que serão adquiridos. No orçamento serão confrontados os valores do que se ganha (Receita) e os valores que se gasta (Despesa) fazendo com que estes dois lados se equilibrem.

É no orçamento, menciona Tostes (2004), que uma família identifica qual é o seu padrão de vida. É através dele que será possível analisar os limites das despesas a serem geradas. Lamentavelmente o orçamento financeiro pessoal não compõe o estilo de vida da maioria das pessoas, perdendo, inconscientemente as oportunidades de uma vida mais tranquila ou de aproveitar oportunidades de fazer investimentos que lhes possibilitariam maior autonomia financeira. Para Luquet (2000), muitas são as pessoas que desconhecem o valor de seus recursos patrimoniais, o volume mensal de seus gastos ou quanto seria necessário para viver confortavelmente. Os donos de pequenas empresas, ao fazerem uso de ferramentas de controle, garantem que o pró-labore seja utilizado dentro de expectativas positivas de gastos e investimentos.

### **2.4 Controles internos da empresa**

A utilização de controles internos nas organizações visa assegurar que as atividades sejam realizadas de forma controlada e assegurando que todas as ações planejadas sejam executadas conforme as expectativas organizacionais. O controle interno envolve o uso de técnicas que garantam a precisão e segurança de informações analisando se estão sendo observadas as leis e regulamentos aplicáveis, se estão sendo protegidos os ativos da empresa e demonstram o uso efetivo, eficiente e econômico dos recursos. Assim, o controle interno auxilia na prevenção de possíveis perdas ocasionadas por ações fraudulentas.

De forma ampla, o controle é mais do que uma forma de prevenção da fraude, por meio da boa adequação dos controles internos da organização é possível melhorar sensivelmente a tomada de decisão bem como proporcionar o gerenciamento seguro e confiável das informações da empresa, além de assegurar que estão sendo atendidas às políticas e planos estratégicos (JACKSON; SAWYERS, 2001).

A realidade vivenciada por consultores especializados na recuperação de empresas evidencia que a falta de controle tem sido um dos fatores que contribuem para a

desestruturação e falência das empresas. Dentro desta perspectiva percebe-se que os controles são indispensáveis para o êxito de toda e qualquer organização.

O controle financeiro inadequado é uma característica comum nas empresas em declínio. Isso representa um grande problema, pois um controle fraco geralmente implica que os administradores não conseguem os produtos e os clientes nos quais estão perdendo dinheiro e, ainda mais em uma crise, é crucial poder identificar quais produtos ou negócios são consumidores e geradores de caixa (SLATTER; LOVETT, 2009, p. 30).

Para Oliveira (2005), de nada adianta a empresa possuir muitos dados se estes registros existentes não forem confiáveis e se os procedimentos não estiverem organizados para fornecer informações em tempo hábil. Para a maioria das empresas de pequeno porte, independentemente do setor de atividade, é possível analisar que os controles de caixa e de bancos, controles de contas a pagar, de contas a receber, controles de despesas e controles de estoques são importantíssimos para a administração financeira da empresa, pois sem esses controles, o empresário enfrentará enormes dificuldades para gerenciar as finanças da empresa.

Corroborando com essa perspectiva, D’avila e Oliveira (2002, p. 14), mencionam que “ao longo do tempo, a importância dos controles internos para o sucesso de uma entidade tem sido reconhecida pelos líderes de organizações, quer com fins lucrativos, quer com fins filantrópicos”. É importante realçar que não são necessários sistemas poderosos e caros para a administração financeira das pequenas e médias empresas. Soluções baratas, disponíveis em planilhas eletrônicas ou programas de baixo custo, resolvem a questão do controle e ajudam a manter as principais informações da empresa sempre atualizadas e prontas para serem analisadas.

## **2.6 O princípio da entidade**

O princípio da entidade defende a necessidade de se haver separação entre as movimentações financeiras e ou patrimoniais entre empresa e empresário. A fim de resguardar a coerência dos lançamentos contábeis, neste princípio não é permitido que o dono da empresa, misture bens particulares com os da empresa. Se isso acontece, os empresários enfrentarão dificuldades para gerenciar seus negócios. Quando os bens e direitos da pessoa física se misturam com os bens e direitos da pessoa jurídica, torna-se dificultosa a verificação da real situação financeira dos sócios como também da organização.

Para a equipe de professores da FEA/USP:

Pressupõe-se que a Contabilidade é executada e mantida para as entidades como pessoas completamente distintas das pessoas físicas (ou jurídicas) dos sócios. Quando uma firma individual paga uma despesa, é o caixa da firma que está desembolsando o dinheiro, e não o dono da empresa, embora materialmente, muitas vezes, as duas coisas se confundam. Este princípio parece-nos de profunda validade, pois consolida a antiga distinção jurídica entre pessoas físicas e jurídicas. (FEA/USP, 1996, p. 288).

Muitos não veem problema em pegar dinheiro do caixa para a compra ou pagamento de uma conta particular. Tais atitudes tendem a gerar um ciclo vicioso que leva, inevitavelmente, ao descontrole. Não se deve misturar o que é da empresa com o que é para uso pessoal. Ao abrir uma empresa, o empreendedor deve se conscientizar que o que é da

empresa é da empresa, devendo estipular como e de quanto será sua retirada. Estas devem ser suficientes e justas para a sua manutenção. Agindo desta forma o empresário conseguirá saber como está indo a saúde da sua empresa, podendo investir continuamente para seu crescimento.

A pesquisa de Royer (2006) discute as dificuldades enfrentadas pelos empresários de micro e pequenas empresas, ao constatar que um dos grandes desafios para os gestores dessas empresas é o de gerir seus negócios observando e aplicando corretamente o Princípio da Entidade Contábil. Os resultados apresentados em sua pesquisa demonstraram que a aplicação deste princípio contábil está fortemente ligado à sobrevivência das organizações.

Não é coerente misturar o que é da empresa com o que é para uso pessoal. Ao instituir uma empresa, o empreendedor deve ter consciência de que os controles trabalharão ao seu favor, na medida em que ele permite que eles sejam feitos e colaborar nesse sentido.

### **3. Metodologia**

Essa pesquisa utilizou-se da pesquisa exploratória, buscando proporcionar uma visão ampla sobre o fato que está sendo pesquisado permitindo uma melhor compreensão do problema. (VERGARA, 2004). Escolheu-se a abordagem quantitativa, elaborando, para a coleta de dados, um questionário com o objetivo de colher a percepção dos donos de micro e pequenas empresas quanto à importância da gestão das empresas levando-se em conta o princípio da entidade.

Do universo possível para a pesquisa elegeu-se uma amostra intencional e não probabilística de 25 empresários, levando-se em conta o fator acessibilidade e as experiências práticas vivenciadas quanto ao problema pesquisado.

O instrumento de coleta de dados foi organizado em quatro blocos de questões que interessavam à pesquisa: a) informações sobre o empresário; b) comportamento financeiro; c) caracterização da empresa e; d) administração financeira da empresa. O questionário foi pré-testado. Os dados foram agrupados e utilizou-se da estatística descritiva para sua análise.

### **4. Resultados e discussão**

Por meio da pesquisa realizada com gestores de micro e pequenas empresas da cidade de Hortolândia, pode-se observar que a amostra é composta predominantemente pelo sexo masculino (80%). Percebeu-se que o número de empresários com idade entre 21 e 40 anos atingiu maior número de frequência absoluta (40%). Também pode se afirmar que a maioria (72%) dos gestores entrevistados são casados.

Ao analisar o nível de escolaridade dos gestores, conforme pode ser visto no Gráfico 1, constata-se que é elevado o número de empresários que ainda não possuem alguma formação de nível superior (52%). A maior parte dos entrevistados (36%) estudou somente até o ensino médio e 4% destes participaram de um curso de especialização.

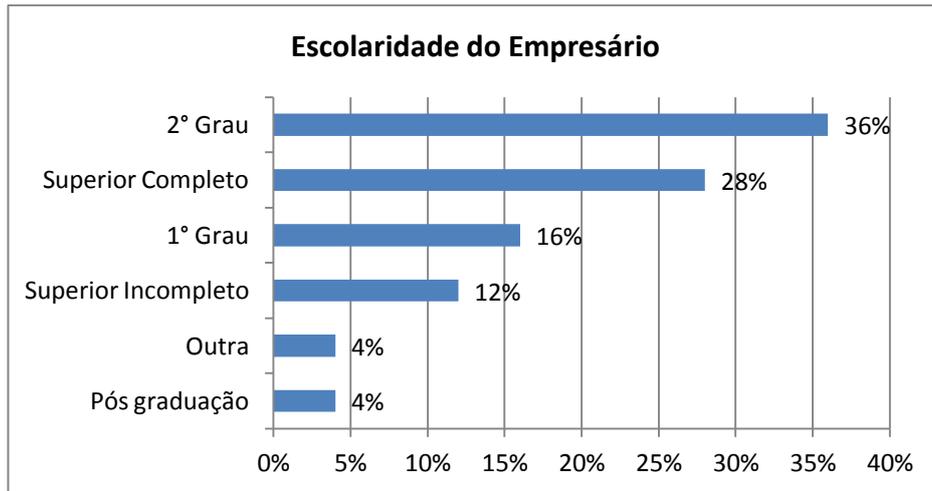


Gráfico 01 – Nível de Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa

Muitos dos gestores pesquisados não deram continuidade no processo de formação acadêmica. Percebe-se que as fortes mudanças no cenário econômico do mundo globalizado exigem melhor preparação intelectual por parte dos donos das micro e pequenas empresas. Essa estatística ratifica que a falta de orientação e ou capacitação profissional apontada pelo SEBRAE (2010), são fortes fatores que comprometem a estabilidade das empresas no mercado em que ela atua.

Quanto à forma de se controlar os gastos pessoais (Gráfico 2), verificou-se que o método mais utilizado são as planilhas (48%). O número de empresários que ainda controlam seus gastos pessoais através de cadernos para anotações também é expressivo (36%) e pode estar relacionado à escolaridade do empresário.

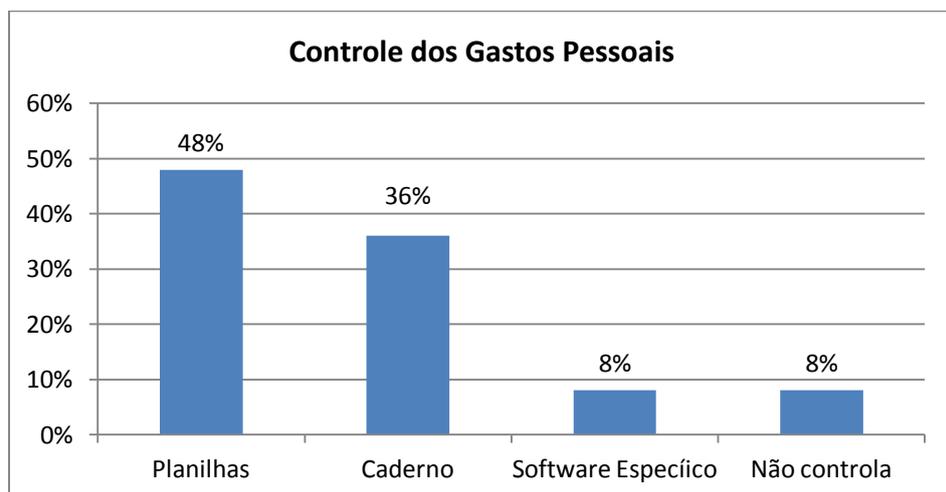


Gráfico 02 – Controle dos Gastos Pessoais

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados demonstram (Gráfico 03) que a grande maioria dos empresários pesquisados analisam seus gastos, contudo, essa verificação não parece resultar em melhoria dos controles financeiros.

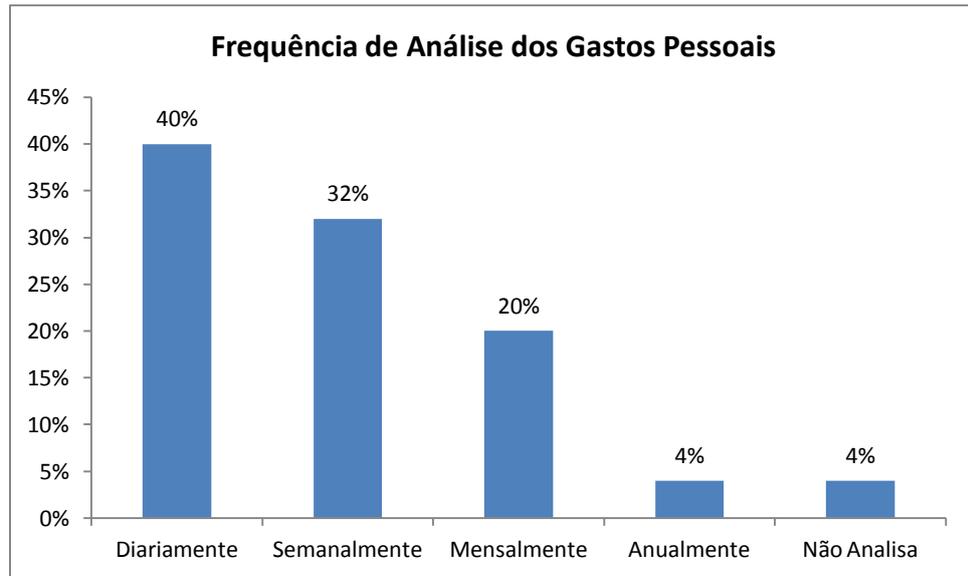


Gráfico 03 – Frequência de Análise dos Gastos Pessoais

Fonte: Dados da pesquisa

Entende-se que a falta de acompanhamentos das receitas e despesas por um longo período pode comprometer os recursos existentes além de desencadear o descontrole financeiro. Ferreira (2006) afirma que não é prudente lidar com o dinheiro de forma improvisada, nessa expressão remete ao entendimento de que os gastos precisam ser acompanhados e analisados de maneira periódica e cuidadosa sempre buscando os melhores métodos para compreender a forma que os recursos estão sendo utilizados.

Na Tabela 01, são apresentadas algumas ações adotadas pelos empresários quando a renda utilizada para cobrir os gastos pessoais acaba. 36% dos empresários pesquisados esperam receber o próximo pró-labore. Em segundo lugar, 28% dos empresários retiram dinheiro da empresa para suprir imprevistos ou descontroles dos quais não puderam ser sanados unicamente com a renda. Além de não aplicarem o princípio da entidade, esta classe de gestores sugere que ainda não possuem controle dos gastos, podendo ser inferido que estes empresários não utilizam o orçamento como ferramenta para auxiliá-los na correta administração do dinheiro.

Tabela 1 - O que faz quando a renda acaba?

<b>Ações pesquisadas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Espera para receber	9	36%
Pega dinheiro da Empresa	7	28%
Compra no crédito	3	12%
Faz uso do cheque pré-datado	3	12%
Nunca Acaba	3	12%
Toma Empréstimo	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Num segundo momento, buscou-se estimular uma análise mais aprofundada do comportamento por parte do empresário em relação ao uso do dinheiro da empresa para pagar suas contas pessoais. A Tabela 2 apresenta que 20% dos empresários afirmam já terem utilizado o dinheiro da empresa em dado momento com a finalidade de liquidar seus gastos pessoais. Parcela significativa (36%) também revela que em dados momentos, o princípio da entidade é desrespeitado.

Tabela 2 - Uso do Dinheiro da Empresa para Saldar Contas Pessoais

<b>O dinheiro da empresa é utilizado para saldar as contas pessoais?</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Nunca	11	44%
Às vezes	9	36%
Já foi utilizado para esse fim	5	20%
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Agravando a situação quantos aos controles patrimoniais (Tabela 3), 36% dos pesquisados acreditam não ser necessário repor os valores tomados da empresa contrariando o princípio contábil e comprometendo a saúde financeira da empresa. (ROYER, 2006).

Tabela 3 – Procedimentos para Devolução dos Recursos Emprestados da Empresa

<b>Como faz para devolver o dinheiro emprestado da empresa?</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Desconto dos meus rendimentos	9	36%
A empresa é minha, portanto não faz diferença	9	36%
Nunca pego emprestado	7	28%
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

A maior parte das empresas do estudo (52%) possuem idade média de até 5 anos. Esta informação é relevante, pois, de acordo com o SEBRAE (2010), 56% das microempresas abertas no Brasil não completam cinco anos de existência devido a inúmeros fatores internos e externos. Isso não quer dizer que empresas com idade superior a cinco anos não enfrentem problemas de gestão. O ramo de atividade que mais se destacou foi a área de serviços (64%). Dentre os motivos informados para justificar o surgimento da empresa destaca-se a oportunidade como sendo o fator de maior relevância. Isso significa que tais empresários iniciaram seus negócios em virtude de um ou mais fatores que favoreceram a implantação do empreendimento.

O Gráfico 4, demonstra que a quase totalidade das empresas pesquisadas (96%) possuem as finanças gerenciadas pelo próprio empresário. Conforme Oliveira (2005), a gestão financeira constitui parte fundamental na gestão empresarial e somente uma gestão eficiente pode garantir a vivacidade da empresa. Conforme analisado anteriormente no Gráfico 1, percebe-se que o nível de capacitação medida através da escolaridade do gestor é deficitária

em relação as demandas mercadológicas. Deste modo, a qualidade da administração financeira realizada por estes gestores torna-se questionável devido à ausência de capacitação inicial para a condução do empreendimento.

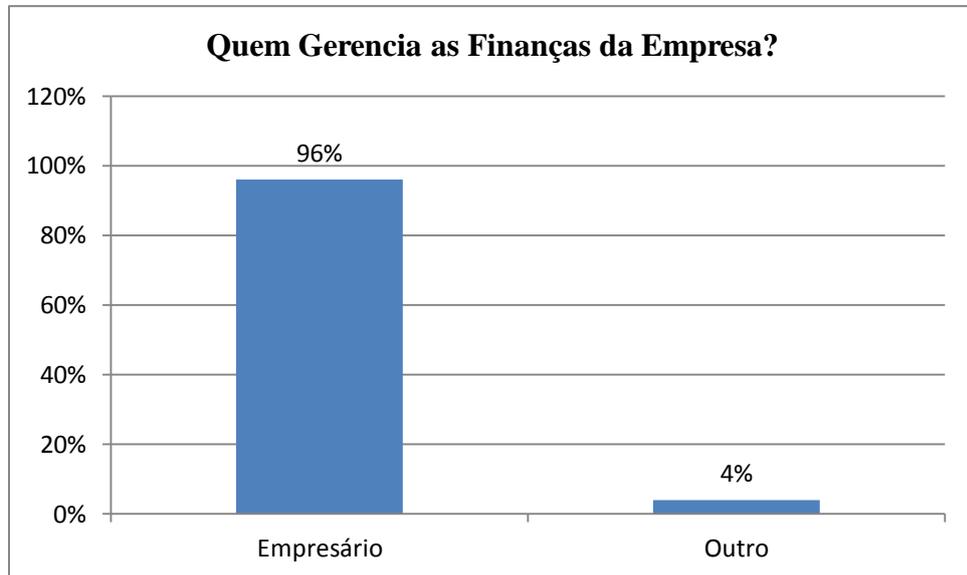


Gráfico 4 - Quem gerencia as finanças da empresa?

Fonte: Dados da Pesquisa

No Gráfico 5, nota-se que 36% dos donos de micro e pequenas empresas não se prepararam inicialmente para administrar o empreendimento. Em paralelo, é verificado que 56% destes empresários entrevistados já enfrentaram situações complicadas. Esses índices demonstram que muitos empresários iniciam um novo negócio sem antes se prepararem para as possíveis adversidades que o negócio poderá apresentar. Essa informação é relevante, pois pode estar relacionada ao sucesso da gestão dos recursos da empresa além da validação e observância do princípio da entidade.

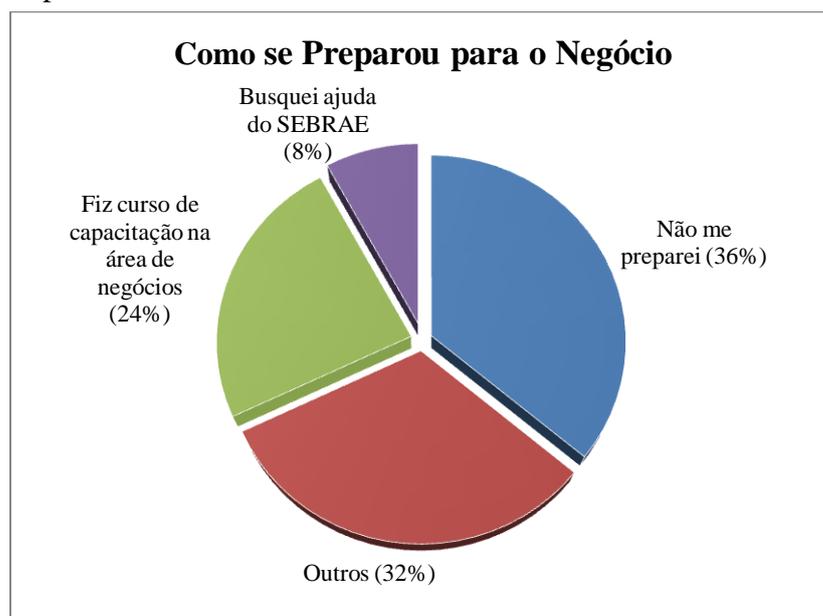


Gráfico 5 - Como se Preparou para o Negócio

Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se no Gráfico 6 que, mais da metade (56%) dos empresários respondentes já enfrentaram situações difíceis na empresa. Tais vicissitudes podem estar relacionadas à falta de preparação dos gestores conforme visualizado no gráfico anterior. Muitos destes empresários possuem conceitos inadequados de gestão e, por conseguinte acabam desenvolvendo hábitos gerenciais que favorecem o descontrole financeiro pessoal e empresarial. Royer (2006) revela que a sobrevivência das organizações também está relacionada à aplicação do princípio da entidade nas empresas.

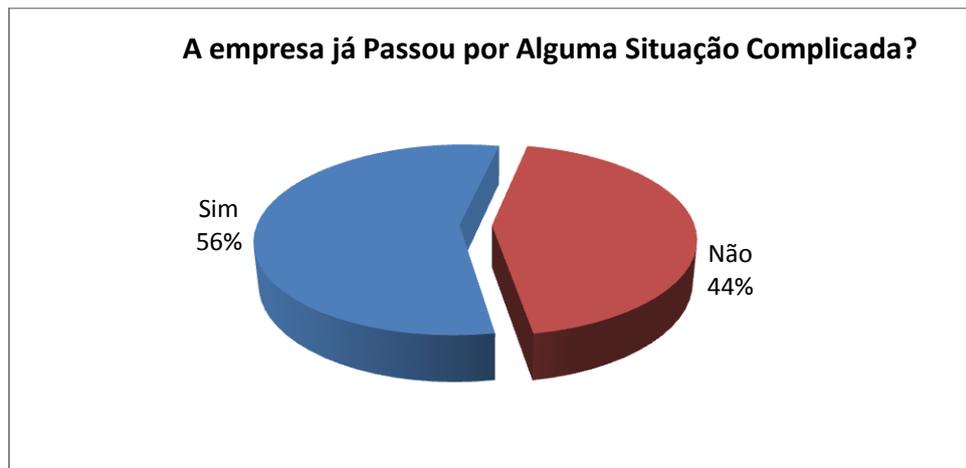


Gráfico 06 - A Empresa já Passou por Alguma Situação Complicada?

Fonte: Dados da Pesquisa

Diante de tais constatações, percebe-se que algumas medidas deverão ser tomadas nos próximos anos, no sentido de capacitação profissional dos potenciais gestores-empREENDEDORES, uma vez que se observa a dificuldade com que os empresários de micro e pequenas empresas têm dirigido suas empresas, especialmente nos primeiros anos, as situações complexas envolvidas, além da falta de educação financeira pessoal, o que pode explicar parte do elevado índice de falência registrado por órgãos como o SEBRAE.

## 5 Conclusões

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos gestores donos de pequenas empresas da cidade de Hortolândia, quanto à aplicação do princípio de entidade na gestão de seus empreendimentos, bem como da necessidade de se utilizar métodos adequados que os assessoram no correto controle e distinção das finanças pessoais e empresariais visando o aumento das expectativas futuras da empresa por eles gerenciadas.

Constatou-se que considerável número de empresários ainda utilizam os recursos da empresa de forma aleatória para pagar suas contas pessoais. Um número representativo (36%) dos empresários donos de empresas acredita que não é necessário repor os valores tomados para custear suas despesas pessoais. Isso demonstra que o princípio da entidade não tem sido devidamente considerado e pode estar intimamente ligado à falta de compreensão de sua importância, pela falta de conhecimento das ferramentas gerenciais e/ou devido à baixa escolaridade ou falta de preparação por parte destes gestores.

Verificou-se que mais da metade (56%) das empresas pesquisadas já passaram por alguma situação de dificuldade. Sugere-se que este problema está fortemente relacionado à má administração do empresário em detrimento da sua falta de preparação para compreender os elementos básicos da gestão da sua empresa.

Tais constatações, somadas à baixa procura por órgãos de fomento ao empreendedorismo realça a importância dos gestores de micro e pequenas empresas se capacitarem de forma constante, antes de iniciar um negócio e durante o gerenciamento do mesmo afim de que possam utilizar o conhecimento obtido para gerir o empreendimento de forma eficiente e eficaz. Através dos dados coletados, foi verificada a significância da utilização de conceitos e ferramentas administrativas para a gestão de uma empresa. A aplicação de um planejamento, organização e controle financeiro pessoal pode auxiliar para que o empresário evite a utilização dos recursos financeiros da empresa para quitar suas dívidas, preservando desta maneira o princípio da entidade.

Procedimentos estes que, embora simples, possibilitarão a conscientização por parte do empresário, a sua reeducação financeira, reconhecendo a importância de tratar suas contas pessoais de forma separada das empresariais, contribuindo significativamente para vitalidade e contínuo progresso da empresa por ele gerenciada.

Este estudo sugere novas análises. Aos pesquisadores interessados em aprofundar-se no assunto é sugerido que se utilize uma amostragem maior, ou das técnicas de estudo de caso a fim de que a percepção da problemática seja apresentada e visualizada de forma mais ampla e minuciosa, detalhes estes limitados pelo tempo disponível para a pesquisa.

## Referências

AYUSO, José. **Para onde vai o dinheiro do brasileiro?** Consumidores não sabem onde usam 26% dos seus gastos semanais. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/para-onde-vai-o-dinheiro-do-brasileiro-consumidores-nao-sabem-onde-usam-26-dos-seus-gastos-semanais/36889/>>. Acesso em 18 de Mar. 2011 às 17:55.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FERREIRA, Rodrigo; **Como planejar organizar e controlar seu dinheiro**: manual de finanças pessoais. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

HALFELD, Mauro. **Investimentos**: como administrar melhor seu dinheiro. 2 ed. São Paulo: Fundamento, 2004.

LUQUET, Mara. **Guia Valor econômico de finanças pessoais**. 1 ed. São Paulo: Globo, 2000.

OLIVEIRA, Dilson Campos. **Manual como Elaborar Controles Financeiros**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.

PAIVA, Paulo; MENDES, Karla. Endividados: Brasileiros devem R\$204 bilhões no cheque especial, cartão de crédito e outras modalidades de empréstimos. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 de maio de 2007. Caderno Economia, p.1 e 3.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para os alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SEBRAE. **Pró-labore, despesa fixa ou variável?**. 2010. Disponível em:  
<<http://www.mundosebrae.com.br/2010/04/pro-labore-despesa-fixa-ou-variavel/>> Acesso em  
15 nov. 2011, 12:17.

SLATTER, Stuart; LOVETT, David. **Como recuperar uma empresa: a gestão da recuperação do valor e da performance**. São Paulo: Atlas, 2009.

TOSTES, Antonio Oliveira. **Administração financeira da família**. 3.ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VOCÊ S/A 10 ANOS. **Mais dinheiro na sua mão**. São Paulo, ed. 117, Abril, mar. 2008.